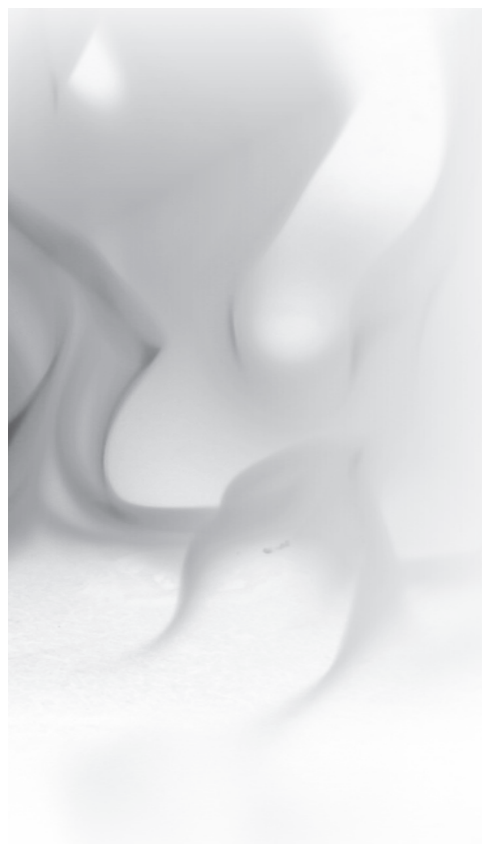


Amor, paixão e honra como elementos da produção do espaço cotidiano feminino¹

Joseli Maria Silva



Desde 2002 venho explorando metodologias para abordagem de geografia e gênero. Essa trajetória foi inaugurada com uma questão de partida voltada para a compreensão das relações que marginalizam parte da população urbana feminina ao acesso de bens produzidos na cidade e, para isso, tomei como referencial empírico de reflexão Ponta Grossa, PR. A trajetória do conhecimento produzido por esse exercício intelectual acerca dessa realidade socioespacial é o que venho compartilhar e debater neste fórum científico. Nesse período bastante fértil, sem dúvida, muitas são as dúvidas a respeito de nossa prática de pesquisa dentro da ciência geográfica, na medida em que operamos com conceitos e categorias produzidos pela ciência hegemônica e, ao mesmo tempo, temos a intenção de construir uma ciência comprometida com a reflexão crítica e ética.

Do total de 74.080 domicílios particulares permanentes existentes na cidade, 24,3% são de responsabilidade feminina, e 58,5% dessas mulheres chefes de família recebem abaixo de dois salários mínimos. Mediante a espacialização dos dados do IBGE (2000) na base cartográfica da

¹ Texto publicado originalmente na revista *Espaço e Cultura*, Rio de Janeiro, UERJ, n. 22, p. 97-109, jan./dez. 2007.

cidade, verificou-se que a maioria dessas famílias habita áreas de ocupação irregular, fundos de vale e periferia de baixa renda, caracterizadas pela precariedade de infraestrutura. A constituição desta espacialidade deu início à problematização que vem sendo investigada por um grupo de pesquisadores. A noção do espaço urbano como produto e condição das relações sociais de produção não seria suficiente para dar visibilidade às mulheres enquanto sujeitos capazes de resistir à dominação masculina e construir novas lógicas de produção do espaço urbano. Assim, adotou-se o postulado de Rose (1993), que utiliza o conceito de gênero e propõe uma perspectiva geográfica contestadora do poder instituído, tornando visível a resistência feminina. Ao compreender gênero como um conceito/representação e, assim, diferenciado espacial e temporalmente, e em permanente processo de redefinição, foi preciso também considerar que o gênero feminino não comporta todas as variações identitárias das mulheres e que, portanto, a identidade feminina exige uma abordagem plural e reelaborada constantemente.

Depois de selecionar os setores censitários nos quais a concentração de mulheres chefes de família era mais expressiva, foi necessário realizar outro procedimento metodológico, considerando que, se o sujeito tomado por base possui uma identidade plural e permanentemente reelaborada, cabe especificar o grupo de interesse focal para, a partir daí, iniciar o trabalho exploratório. É importante esclarecer que o recorte social/espacial é, portanto, parte instituinte do modelo de análise, para se compreender como o espaço constitui identidades e, ao mesmo tempo, as comporta.

O grupo focal estabelecido é constituído de mulheres chefes de família cujos domicílios estão localizados em áreas irregulares e de baixa qualidade de serviços e infraestrutura, que têm crianças menores de quatorze anos sob sua tutela, renda inferior a dois salários mínimos e baixa escolaridade, ou seja, com até o ensino fundamental completo. O estabelecimento desse grupo foi motivado pelo alto potencial de reprodução ampliada da pobreza que ele representa, já que os filhos, em geral, substituem o papel desempenhado pelo ex-cônjuge no suprimento das necessidades básicas da família, e, sendo assim, as possibilidades de acesso a melhor escolaridade e oportunidades de trabalho e renda acabam sendo frustradas.

Em Ponta Grossa, 58,3% das mulheres responsáveis por domicílio se enquadram na faixa salarial entre zero e dois salários mínimos, enquanto a proporção dos homens nesta mesma faixa é de 35,3%. Na faixa de renda mais alta, acima de vinte salários, os homens representam 4%, ao passo que as mulheres, apenas 1,2%. Um dado fundamental que nossas pesquisas revelam é o de que a maioria dessas mulheres,

ex-esposas, empobreceu ao se tornar chefe de família, notadamente porque investiu seu tempo de existência em determinados campos da vida, como a maternagem e o cuidado com a reprodução familiar, e deixou de investir em sua formação profissional. As respostas oriundas das pesquisas de campo realizadas pelo Grupo de Estudos Territoriais estavam fundamentadas em um claro núcleo valorativo em torno da reprodução familiar que determinava, em parte, suas condições de vida. As respostas que vinham das pesquisas de campo eram contundentes e fundamentadas em um claro núcleo valorativo que determinava, em parte, suas condições de vida.

Assim, o que venho apresentar aqui é um pequeno avanço do grupo que pretende alimentar a discussão na busca da compreensão das relações que envolvem nossa existência. Baseio a discussão em alguns aspectos pouco abordados na ciência geográfica brasileira: o corpo e as emoções, a afetividade e a dimensão ético-valorativa, como a honra. Inicialmente, a aventura intelectual pareceu solitária. Entretanto, o contato com artigos da revista *Social & Cultural Geography* permitiu constatar que há muitas(os) geógrafas(os) preocupadas(os) com o papel das emoções, que produzem as “geografias emocionais”, abordando os mais diversos aspectos que contemplam as relações entre o corpo, as emoções e o espaço, a exemplo de Joyce Davidson e Christine Milligan (2004), Nichola Wood e Susan Smith (2004) e Gillian Rose (2004).

O texto apresenta, primeiramente, uma visão da contribuição da chamada geografia feminista para o campo da geografia cultural e esboça um breve panorama das abordagens teórico-metodológicas da ciência. Os anos 90 foram muito férteis para o desenvolvimento da perspectiva feminina na geografia. Outras dimensões da realidade socioespacial puderam ser exploradas, notadamente no campo da geografia cultural, no momento em que o mito da ciência imaculada foi questionado por cientistas como Morin (1996) e Boaventura de Souza Santos (2004), os quais sustentam que o conhecimento científico é contextualizado histórica e espacialmente e produzido sob intensas relações de poder. Na segunda parte, o texto apresenta uma discussão do papel das emoções na produção das ações do corpo vivo e do espaço.

Um panorama da abordagem de gênero na geografia

Se, por um lado, a geografia no Brasil avançou muito pouco em suas análises de gênero, nos países anglo-saxões, por outro, a chama-

da “geografia feminista” tem impactado sobre a disciplina como um todo e contribuído com outras ciências sociais desde os anos 70 e, de forma mais expressiva, nos anos 90. Em um interessante trabalho, Oberhauser *et. al.* (2003) elaboram um quadro da evolução do campo da geografia feminista nos países anglo-saxões, procurando determinar quais são as principais teorias, conceitos e métodos utilizados neste subcampo da ciência geográfica. Com base no trabalho de Oberhauser *et. al.* (2003), faço, em seguida, um relato sintético a respeito do movimento da ciência a partir dos centros universitários norte-americanos e europeus, abordando, também, o modo como a geografia brasileira tem desenvolvido seus próprios caminhos com relação às temáticas de gênero.

Enquanto na década de 90, nos países centrais, cursos universitários de geografia passaram a incluir currículos que contemplam a abordagem de gênero, com a publicação de muitos livros, no Brasil a discussão deste tema está restrita ao Simpósio de Espaço e Cultura e aos eventos multidisciplinares. Os eventos promovidos no campo da ciência geográfica, como o Encontro Nacional de Pós-Graduação em Geografia e o Encontro Nacional de Geografia, não apresentam uma linha de abordagem de gênero, e os raros trabalhos presentes nesses encontros estão dispersos em outros subcampos, como os da geografia humana, urbana, rural e assim por diante. Ao mesmo tempo em que a abordagem de gênero não se desenvolve com força no Brasil, as chamadas geografias feministas – campo que abriga tal abordagem –, têm se constituído em uma importante vertente crítica dentro da ciência geográfica, conforme apontam Oberhauser *et. al.* (2003). O objetivo da produção científica, notadamente a dos anos 90, nos países centrais, está comprometido com o aprofundamento da compreensão das relações de gênero e espaço e com o fornecimento de um conhecimento que seja útil na luta pela equidade social.

Sem esboçar uma ideia etapista desse campo da ciência, o quadro que segue organiza as principais tradições da pesquisa da geografia feminista desenvolvida nos países centrais, considerando a abordagem teórica dominante desde seu surgimento, nos anos 70, até o presente, as referências metodológicas e os temas de pesquisa selecionados. O objetivo é representar um quadro geral de modificação de ideias que têm construído e materializado esse campo científico.

Tradições na pesquisa geográfica feminista

Perspectivas	Abordagens teóricas	Referências metodológicas	Tópicos selecionados para pesquisa
Mulheres na geografia	“Recenseamento” das mulheres; a geografia das mulheres; empirismo feminista	Mapeamento de padrões espaciais de atividades das mulheres e desafio da perspectiva positivista	Mulheres e a cidade; mulheres e emprego; mulheres e desenvolvimento
Feminismo socialista	Feminismo socialista; marxismo; gênero e desenvolvimento	Materialismo histórico; combinação de teoria e prática	Relações entre patriarcado e capitalismo; estruturas socioespaciais da casa e local de trabalho; papéis de gênero no Terceiro Mundo.
Terceiro mundo/ feminismo e políticas da diferença	Pós-estruturalismo; pós-colonialismo; teoria racial	Análise de discurso; pesquisa participativa; histórias de vida; políticas de trabalho de campo	Desafio às formas absolutas e eurocêtricas do conhecimento; planejamento e desenvolvimento de gênero; diferenças no curso de vida
Feminismo e “nova” geografia cultural	Teoria <i>Queer</i> ; pós-modernismo; teoria psicanalítica; representação cultural	Posicionalidade e reflexibilidade; análise textual; narrativas; etnografia	Produção relacional do conhecimento; espaço e sexualidade; o corpo e as políticas de identidade; espaços imaginários e simbólicos

Fonte: Johnston *et al.* (2000); Jones, Nast and Roberts (1997); WGSG (1997) *apud* OBERHAUSER, Ann M.; RUBINOFF, Donna; BRES, Karen De; MAINS, Susan; POPE, Cindy (2003).

A tradição empirista, ilustrada na primeira linha do quadro apresentado anteriormente, desenvolveu-se com maior expressão nos anos 70 e preocupou-se em construir a visibilidade das mulheres no espaço, categoria-chave da ciência geográfica. Foram fundamentais os levantamentos quantitativos, os mapeamentos de fenômenos envolvendo o universo feminino e, principalmente, a crítica à pretensa objetividade e neutralidade de determinadas formas de conhecimento e da produção da ciência geográfica, hegemonicamente androcêntrica.

A geografia feminista tem desafiado as bases do conhecimento geográfico, desenvolvendo um esforço para construir uma postura crítica que envolva a epistemologia e a metodologia, como campos de forças desiguais entre homens e mulheres, de acordo com a concepção de McDowell (1992), evidenciando as dimensões sociais, econômicas e espaciais das experiências vividas pelos pesquisadores, suas relações na construção das agendas de pesquisa e o modo como elegem os conceitos do conhecimento hegemônico.

Como pode ser observado no quadro acima, a geografia feminista envolve a complementaridade de múltiplos métodos de pesquisa, que são apropriados a partir de contextos e finalidades a serem atingidas. A abordagem da Nova Geografia Cultural tem sido um campo fértil de evolução da geografia feminista. Bondi (1992) destaca as simbologias subjacentes na paisagem urbana contemporânea, que são compartilhadas e sustentam os distintos e assimétricos papéis de gênero. Bondi e Domosh (1992) fazem uma crítica aos dualismos, à doutrina da separação das esferas masculina e feminina e aos conflitos relativos aos usos dos espaços públicos e privados. Rose (1993), mediante seu potente conceito de “espaço paradoxal”, propõe caminhos que entrelaçam raça, classe, gênero e sexualidade, privilegiando a identidade múltipla e a plurilocalização socioespacial do sujeito feminino. Enfim, as abordagens destas autoras estabelecem ligações com a emergente corrente da Nova Geografia Cultural nos anos 90, cuja aliança foi bastante promissora para ambos os subcampos da geografia cultural e das geografias feministas.

A geografia feminista tem contribuído sensivelmente com a geografia cultural contemporânea, por meio da incorporação de gênero, identidade e representação no espaço social. Marcante nessa contribuição foi o avanço da ciência com a integração das abordagens pós-coloniais, pós-estruturalistas e as teorias gays e lésbicas de identidade e espaço. O foco das discussões tem sido a interseção de identidade, espaço e poder, notadamente nos trabalhos cuja abordagem revela elevada atenção para com as transformações de identidades relacionadas com os diferentes espaços que podem instituir diferentes *performances* de corpo. Várias pesquisadoras geógrafas como Massey (1991), Rose (1993) e Valentine (1993) estão constantemente refletindo sobre a complexidade que envolve as identidades fluidas e sua relação com o espaço, argumentando que esses dois conceitos são inseparáveis e simultaneamente (re)criados discursivamente.

Uma significativa parcela de trabalhos de geógrafas(os) tem se dedicado à compreensão das formas com que certos corpos são marcados como sendo diferentes ou marginais e assim realizam uma es-

pacialidade restrita, enquanto outros corpos, julgados normais e neutros, podem ser onipresentes e desenvolver qualquer espacialidade. Pautados no trabalho de Foucault e nos estudos *queer*, geógrafas(os) feministas têm explorado as relações entre sexualidade e espaço, para revelar a vasta negociação constante entre corpos e lugares. A chamada teoria *queer*, fortemente desenvolvida nos anos 90, compreende abordagens que privilegiam um novo enfoque das relações de gênero e sexuais, a partir da noção de que não há posições binárias entre gêneros, mas complexidades de relações que constroem identidades paradoxais. Essa teoria tem como ponto central a crítica à oposição heterossexual/homossexual que organiza o conhecimento e as ações dos sujeitos no mundo. Advoga uma política identitária de sujeitos que podem, de forma relacional e processual, transgredir e sustentar os sistemas. Para as(os) geógrafas(os) desta vertente, a identidade sexual não é automaticamente derivada de certos organismos, práticas ou gêneros, mas constitui, ao invés, “um espaço de transitividade” (OBERHAUSER *et al.*, 2003).

No Brasil, a produção geográfica sobre as relações de gênero é bastante incipiente em comparação com as demais ciências sociais. Um levantamento realizado na Plataforma Lattes do CNPq aponta que o número de pesquisadores é reduzido e que as pesquisas são dispersas, de modo que não se chega a constituir uma rede de pesquisa. Expressiva, no entanto, é a produção de Rosa Ester Rossini, que desde a década de 80 vem sistematicamente pesquisando a área de geografia e gênero, com foco na exploração da força de trabalho feminina, tanto nas atividades rurais como nas urbanas (ROSSINI, 1993, 2004). Além disso, recentemente, o gênero tem sido o objeto de várias teses de doutorado. Tonini (2002), por exemplo, desenvolveu um trabalho voltado à educação geográfica e ao gênero, Garcia (2004) dedicou sua tese de doutorado à análise de gênero na luta pela terra no Pontal do Paranapanema, e Silva (2004) realizou recentemente seu doutorado na área de trabalho informal e gênero. Na área de espaço urbano e gênero, destaca-se a produção do Grupo de Estudos Territoriais, que desenvolve pesquisas sobre a pobreza urbana feminina e norteia uma rede de pesquisas de que faz parte o estudo que desenvolvo a seguir. No eixo paradigmático da pesquisa desse grupo, as categorias da divisão do trabalho e da produção não aparecem como centrais na estruturação socioespacial, embora a compõem. Procurou-se, assim, sem desprezar a trajetória de pesquisa acumulada sobre a geografia de gênero no Brasil, acrescentar algumas perspectivas que envolvem a realidade cotidiana das mulheres chefes de família, moradoras da periferia.

Enfim, a geografia brasileira tem pela frente importantes desafios teóricos e conceituais, além da necessidade de conquistar espaços de discussão acadêmica e luta político-institucional. O texto seguinte explora a relação entre espaço e gênero como categorias de análise indissociáveis e complementares.

Afetos e honra na instituição da correlação entre o corpo feminino e a periferia pobre em Ponta Grossa (PR)

O balanço que fiz sobre a teoria produzida a respeito da temática em questão e a realidade investigada me permite fazer algumas afirmações exploratórias que contribuem para a construção de um caminho teórico-metodológico da perspectiva de gênero na geografia cultural brasileira.

O gênero, neste trabalho, é entendido como um conceito/representação, e, enquanto representação, como uma construção social permanentemente renovada, diferenciada espacial e temporalmente. Assim, o conteúdo representacional é construído por um sujeito situado em relação a outros sujeitos, a respeito de um objeto. Nessa linha de raciocínio, Friedman (1995) afirma que as representações possuem caráter autônomo e criativo e que elas expressam tanto a atividade cognitiva de abstração ou simbolização quanto o caráter social, manifestado na presença de elementos ideológicos do grupo social a que pertencem os sujeitos.

Assim, cada grupo social, em diferentes tempos e espaços, num campo de lutas, constrói e renova incessantemente as representações de gênero. Algumas representações tornam-se hegemônicas e tendem a instituir padrões de conduta, configurando os elementos fundantes da representação de gênero: o sexo, o gênero e o desejo.

O sexo, comumente concebido como um elemento biológico, está relacionado com a dimensão anatômica das diferenças do corpo. Assim, o corpo, já categorizado como de macho ou de fêmea, é a base sobre a qual se instituem os papéis culturais e as expectativas de comportamento que a sociedade tem para o desempenho do papel do macho, que deve ser masculino, e para o papel feminino, desempenhado pelo corpo categorizado como de fêmea. A sociedade ocidental, conforme afirma Butler (2003), tem elaborado uma organização de ideias deterministas e causais que concebem o gênero como determinado pelo sexo, e segundo esta lógica biológica, constrói-se então o desejo, a sexualidade. Para

Butler, existe uma “ficção” reguladora, construída pela ordem burguesa, branca, masculina e heterossexual. Nesta perspectiva, a ordem compulsória do padrão de comportamento instaurado e considerado “normal” pela sociedade ocidental é o heterossexual. Assim, uma vez que o gênero em nossa cultura é algo determinado pelo sexo, o desejo, por sua vez, também deve se restringir a gêneros opostos.

A autora se posiciona de maneira radicalmente contrária à concepção de sexo como algo dado ou “pré-discursivo”, anterior à cultura. Ela afirma que não há coincidência entre as categorias sexo, gênero e desejo e que, além disso, a fronteira entre elas é tênue e que as categorias são cada vez mais autônomas. O desejo não surge como algo dado pela anatomia, mas ele é construído socialmente, experienciado por meio das representações que se constroem a partir do corpo. A própria significação da diferença anatômica dos corpos, designados como machos e fêmeas, já é em si uma construção cultural.

O padrão hegemônico que categorizou os corpos também lhes atribuiu papéis sociais a serem desenvolvidos e, mais do que isso, instituiu uma forte carga naturalista no seu desempenho. Aos sujeitos femininos se atribui o desempenho da maternagem, passividade, docilidade, fragilidade e emoção. Ao sujeito masculino, agilidade, força, agressividade, astúcia e raciocínio. Esta bipolaridade na organização das ideias ocidentais é objeto de uma longa discussão crítica desenvolvida por geógrafas como Gillian Rose (1993), em seu artigo “Feminism & geography: the limits of geographical knowledge”, e Linda McDowell (1999), em seu livro *Gender, identity and place: understanding feminist geographies*.

As categorias constitutivas da representação de gênero não são lineares, causais ou consequentes. Elas formam uma complexidade permanentemente aberta a partir do movimento da vivência cotidiana. Constantemente, os sujeitos sociais confrontam sua sexualidade vivenciada com aquelas que contrariam o padrão vigente, ou seja, a categorização dos seres humanos nos polos masculino e feminino.

O gênero feminino, enquanto conceito/representação, não comporta todas as variações identitárias das mulheres, já que a identidade feminina é plural e reelaborada constantemente. Esta consideração implica um outro importante desafio. Além de estabelecer um recorte espacial e temporal para o fenômeno investigado, é necessário especificar o grupo de interesse focal para se poder realizar o trabalho exploratório. Assim, o recorte social/espacial é parte instituinte do modelo de análise para compreender como o espaço constitui identidades e, ao mesmo tempo, as comporta.

Este aspecto é fundamental. Não basta eleger um grupo com características de rendimento e escolaridade homogêneos, por exem-

plo; é preciso investigar o processo de formação espacial do local eleito e as características das relações que lhe dão sentido, como os elementos de sociabilidade, os valores instituídos, as redes de poder, e assim por diante. Portanto, conceber a periferia a partir de singularidades, além de constituir uma questão metodológica de escala, permite a construção de indicadores para a operacionalização do conceito de gênero.

Vários elementos objetivos levantados no trabalho de pesquisa de campo nas periferias pobres, a exemplo do abandono paterno dos filhos pelos ex-companheiros, o peso da responsabilidade da maternagem e a falta de investimento do tempo de vida na formação profissional, revelam fatos cotidianos construídos lentamente nas relações do espaço privado, familiar e de vizinhança. Um dado interessante é que 58,5% das entrevistadas justificam o abandono da escolaridade para cuidar dos filhos e por proibição dos ex-esposos, como aponta Nabozny (2005). Este fator impacta sobre a possibilidade de as mulheres gerarem renda de forma diferenciada dos homens, os quais, em geral, não fazem essas concessões na vida familiar. Essas mulheres, com reduzido preparo profissional, exercem a função de chefes de família sem, no entanto, terem construído ao longo de sua vida uma formação identitária com esse papel. Ornat (2005) informa que as mulheres de baixa renda, em geral, possuem uma vivência reduzida do espaço total da cidade e desenvolvem deslocamentos menos extensos e frequentes do que os dos homens dos mesmos locais.

Na vivência do seu espaço cotidiano, as mulheres, foco deste trabalho, vivem múltiplas realidades, que lhes aparecem de forma naturalizada, evidente, e, diante dessas realidades, elas têm atitudes naturais, ordenadas, caracterizando, assim, o duplo vínculo, em que, paulatinamente, o espaço cotidiano institui identidades e, ao mesmo tempo, é constituído por elas. Argumentamos que as condições objetivas existenciais, como a pobreza, a reduzida mobilidade e o pequeno preparo profissional, constatadas no levantamento de dados de campo junto ao grupo focal, são produtos de ações realizadas também com base nas emoções e afetos vividos na realidade socioespacial específica. O papel das emoções na produção das ações e do espaço tem sido pouco explorado, o que sugere que tais emoções são concebidas como naturais, universais e evidentes. Entretanto, para a análise aqui empreendida, esta perspectiva do papel das emoções na produção das ações e do espaço é de fundamental importância, já que, conforme relatos obtidos, em determinados períodos a vida dessas mulheres esteve centrada no amor-paixão.

Do ponto de vista desta pesquisa, o amor não é considerado uma “dádiva” de Deus, mas uma emoção construída culturalmente e que está profundamente relacionada com outros valores, como interesses de classe, padrões estéticos, morais, valores religiosos e preconceitos raciais dos sujeitos. Costa (1998, p. 13), ao discutir a invenção do amor, afirma que esta aparente naturalização da emoção se sustenta em três conceitos, que constituem o credo do amor: o amor é um sentimento universal e natural, presente em todas as épocas e culturas; o amor é um sentimento surdo à “voz da razão” e incontrollável pela força da vontade; e o amor é a condição *sine qua non* da máxima felicidade a que podemos aspirar. O autor afirma que, enquanto crença e criação humana, o amor pode ser mantido, alterado, dispensado, trocado, melhorado, piorado ou abolido.

A instituição do amor que baseia as relações afetivas atuais é bastante recente na história da humanidade; ela data do século XII, vinculando um homem e uma mulher como seres amáveis. O sentimento a que me refiro é o amor-paixão, instituído na cultura ocidental, que passou a fundamentar a manutenção do contrato conjugal e dos deveres estabelecidos entre cônjuges. Em sua obra *A história do amor no Ocidente*, Rougemont (2003), ao discutir a vinculação do casamento ao amor-paixão na sociedade ocidental, afirma que o casamento e o amor-paixão são contraditórios, excludentes e, ao mesmo tempo, têm provocado crises na organização social do século XX. Para ele, considerando que casamento tem como foco central o amor-paixão, uma vez findado o sentimento, destitui-se o laço da conjugalidade.

A crise da instituição matrimonial, para Rougemont, reside no enfraquecimento de três tipos de valores que impunham coerções sobre aqueles que transgrediam as normas institucionais, e essas coerções são de ordem sagrada, social e religiosa. Os valores sagrados se ligam à necessidade do ritual da bênção, os valores sociais se situam no campo dos interesses e laços familiares, e os valores religiosos estabelecem um sacramento indissolúvel. O autor sustenta que na sociedade atual, ao se colocar o amor no centro do casamento, como escolha e felicidade individual, todas as demais coerções perdem força na manutenção do contrato conjugal. Para ele, o casamento e a paixão são incompatíveis e excludentes, pela sua essência, já que a origem histórica da paixão criada pela sociedade ocidental comporta algo de involuntário, embriagador, o culto à amada distante e ao irrealizável, e o casamento é o contrário, é a concretização da prática diária. Assim, segundo ele, a sociedade ocidental vive deste descom-

passo angustiante, plenamente evidenciado na vivência cotidiana das mulheres pesquisadas.

Há que se considerar também que existe um caráter provisório da situação de chefia familiar para grande parte das entrevistadas. Prochner (2005) informa que essas mulheres vivem, em média, dois ou três relacionamentos conjugais ao longo da vida. Ao encontrar novo companheiro, em geral, passam a chefia para a figura masculina. A cada novo relacionamento, centram novamente suas vidas no afeto do grupo familiar e, em consequência, reafirmam sua forte vinculação com o espaço privado e sua restrita mobilidade.

A vinculação da figura feminina à vida familiar e o desenvolvimento de suas emoções centradas no amor-paixão e no sentimento materno não constituem características naturais da feminilidade, como ensina Young (2003), pois os corpos desenvolvem suas espacialidades a partir de existências particulares.

Pode-se afirmar a centralidade das emoções nas escolhas de vida dessas mulheres. As emoções, conforme Galano (1995), embora tenham franca expressão corporal, não podem ser reduzidas à fisiologia; elas são lidas e decodificadas em cada cultura de forma específica, sempre normatizada pela organização grupal. Já o afeto, este comporta os sentimentos associados às histórias das relações construídas. O afeto, que é mais pragmático, estrutura as atitudes solidárias, as simpatias ou antipatias, as lealdades ou não. Sendo assim, ele comporta as ações e condutas que promovem as relações cotidianas, as quais estão profundamente comprometidas com os laços afetivos construídos ao longo da vida.

O contrato conjugal, baseado no amor e na escolha individual, estabelece uma contradição importante, que impacta sobre a existência feminina, forjando os códigos de valores que condicionam sua vivência socioespacial. No código civil, homens e mulheres conquistaram direitos iguais perante a sociedade, mas esta condição é entremeada por códigos de honra que se sustentam, sobretudo, nas redes de solidariedade tecidas nas relações de vizinhança e no espaço cotidiano. Nas áreas tomadas como referencial de reflexão, é acentuada a precariedade de infraestrutura e serviços, o que não constitui propriamente uma novidade numa sociedade marcada por profundas disparidades de rendimento e investimentos públicos. Prochner (2005) aponta que 78% das entrevistadas não têm acesso a creches, e, sendo assim, dependem de vizinhas ou parentes para cuidar dos filhos. Assim, os problemas enfrentados pelas mulheres têm sido resolvidos muito menos pelos serviços públicos do que por suas redes de solidariedade, notadamente no cuidado com filhos menores, quando elas transfe-

rem o papel da maternagem às redes de solidariedade, para poder gerar renda.

A dependência das redes de solidariedade locais é marcada pela pessoalidade, que exerce um controle eficaz sobre os membros de sua coletividade. Essas redes se materializam nos espaços de sociabilidade locais, como a escola, a igreja e o posto de saúde. Mayol (1996) utiliza a noção de “conveniência” para definir esta necessidade de reconhecimento social que se estabelece na prática do lugar como uma convenção tácita, não escrita, mas legível por todos os usuários por meio dos códigos de linguagem e de comportamento. A submissão a esses códigos, bem como a transgressão, constituem tanto vantagens como perda de capital relacional. Assim, as ações cotidianas que reforçam os núcleos significativos das ações, crenças e relações, instituem os espaços locais.

Ser altamente dependente das redes de solidariedade significa gerenciar relações sociais que possuem códigos particulares de trocas, nos quais a manutenção e o processamento de afetos resultam em perdas e ganhos de capital relacional, que se transfiguram em condições objetivas de vida, como uma vizinha que toma o lugar do serviço público no cuidado com as crianças, alguma ajuda financeira, a indicação para um posto de trabalho, etc.

É importante ressaltar que os espaços focalizados pela pesquisa, ainda que sejam aparentemente homogêneos, apresentam diferenciados graus de enraizamento e controle das redes de sociabilidade. Afinal, os espaços estudados não são autônomos e fechados em relação ao restante da cidade, e eles abrigam grupos heterogêneos do ponto de vista de sua origem étnica, sexo, idade e procedência.

Assim, esses espaços instituem uma identidade feminina que, além de sua desvantagem econômica, está sujeita a outros códigos de poder e hierarquia que se estabelecem com maior propriedade dentro do contrato, formal ou não, do casamento. Os valores de igualdade, liberdade e cidadania são permeados pelos códigos de honra instituídos nas relações cotidianas, que são altamente reguladas pela coletividade no espaço cotidiano.

As narrativas das proibições masculinas em relação aos deslocamentos realizados pelas mulheres, ao controle do vestuário, dos locais e dos horários são regulares em todas as pesquisas recentes do Grupo de Estudos Territoriais.

A honra estabelecida, que se configura como um processo relacional entre o feminino e o masculino, é regida por um princípio individual e um princípio coletivo. Ou seja, a honra de alguém depende de sua capacidade de reconhecer e compartilhar os valores morais

estabelecidos. Cançado (2001) argumenta que a honra masculina sustenta-se na conduta sexual feminina, notadamente na condição de conjugalidade. Esta autora, pautada em Bourdieu (1999), afirma que os corpos e seus órgãos sexuais são significados e vivenciados conforme seu processo de socialização e, assim, eles são naturalizados. O conceito de honra masculina é comumente associado à virilidade e o de honra feminina, à obrigação de salvaguardar o “espaço” da realização da virilidade masculina, ou seja, o corpo feminino.

Os corpos constituem, atualmente, um importante campo de exploração para a geografia. A noção de que corpos são significantes que circulam socialmente como mensagens hegemônicas constitui um eixo de crítica de Lewis & Pile (1996). Estas geógrafas sustentam que os corpos vivos não são ingênuos e meros instrumentos de um sistema de significações e poder que comunica normas culturais. Pelo contrário, os corpos atuam, exercitam suas *performances* e, ao exercitá-las, abrem caminho para o novo, que pode representar também resistência ao sistema. Então, o corpo não é entendido como algo dado, mas como um “processo”. Isso porque o corpo do ser humano está sempre em contato com o ambiente. Sua anatomia, suas ações, suas funções são indissociáveis de sua espacialidade e, assim sendo, não existe corpo sem espaço, mas uma unidade complexa. Para compreender este corpo vivo, sempre em ação por meio do espaço, Greiner (2005) propõe que este movimento seja compreendido pela corporeidade, o que ela chama de uma “subversão” estética da categoria tradicional de corpo. Nesse sentido, a corporeidade tem duplo sentido. Ela é compreendida como a simultaneidade da estrutura anatômica do corpo em relação ao espaço, sem distinguir, portanto, um corpo biológico e um corpo cultural, que são inseparáveis e interdependentes.

Além disso, o corpo não é um recipiente da alma ou de um ser que o habita. Não há uma fronteira rígida de limites de dentro e fora do corpo. O corpo vivo no mundo se constrói na ação cotidiana dos gestos mais simples e rotineiros. A cada exercício, o corpo cria representações, porque, ao tomar para si um objeto do mundo, já o “corporificou”. Isso porque o ato de apropriação dos objetos do mundo nunca ocorre como uma cópia do real, mas o ato de apropriação é um processo criativo, e o objeto já se torna “objeto corporificado”. Assim, atos não são uma repetição, mas a criação constante de ideias e conceitos a respeito do mundo. Portanto, pensa-se por meio do corpo vivo, pois não há pensamentos fora do corpo.

Os sentimentos, as emoções e os afetos são também representações que se dão através dos corpos vivos. O corpo não é um lugar

em que a cultura inscreve suas normas, como argumentam Mehta & Bondi (1999), ao discutir a violência de gênero. Além disso, o corpo também não é passivo a um sujeito que o habita, tampouco é ele submetido a algo ou a alguém, porque, enquanto “processo”, ele está em constante negociação com seus espaços de existência e, sendo assim, ele é também algo que produz novas representações.

Os gestos que o corpo manifesta constituem, para Greiner (2005), um processo de tornar o significado visível. Segundo ela:

[...] a comunicação gestual é portanto mediada pelo conhecimento experienciado sobre o mundo material [...] são uma prática simbólica, incorporada sinesteticamente, conhecida por quem faz, visualmente conhecida pelos observadores, e derivada de um mundo, onde está também embebida naquilo que as mãos operam. (GREINER, 2005, p. 99).

Nesse sentido, os gestos que veiculam significados são realizados e reconhecidos por meio da dimensão espacial. Essa perspectiva rompe com a ideia de que o que está fora “influencia” o corpo e seus gestuais, mas o espaço os compõe, havendo uma simultaneidade onde ambos, corpo e espaço, trocam informações constantemente e constituem um único processo.

Assim, compreende-se a intensidade do controle do corpo feminino a que alude o grupo focal explorado, mediante censuras no gestual, na mobilidade, no vestuário e em horários. Estes constituem códigos de honra que, em geral, são naturalizados e internalizados pelas próprias mulheres, que promovem um processo de autorregulação, apesar das queixas. A regulação moral dos corpos se apresenta de forma muito diferente entre as mulheres e os homens. Em geral, para as mulheres entrevistadas, a honra masculina está centrada em torno da capacidade dos homens em suprir as condições econômicas da reprodução familiar, ao passo que a honra feminina está fundamentada no resguardo do corpo e no controle da sexualidade.

É importante destacar que, como afirma Prochner (2005), quando ocorre separação, os principais pontos positivos dessa nova situação, segundo as mulheres pesquisadas, são as sensações do direito de ir e vir e do direito ao próprio corpo. Institui-se, assim, enquanto valores e regras de conveniência locais, a complementaridade entre o papel provedor masculino e o da mulher “virtuosa” em relação à sua sexualidade e no cuidado com a família.

O controle do espaço social tem se dado a partir destes códigos, e a transgressão feminina resulta, muitas vezes, em violência no espaço privado, como aponta Maciel (2003), em seu estudo sobre

as características e a espacialidade da violência contra a mulher na cidade de Ponta Grossa. Em geral, o fato de a mulher não cumprir o papel instituído significa profanar a honra masculina e perder a respeitabilidade da coletividade, de que decorre a sua exclusão das redes de solidariedade, tão necessárias à sobrevivência, notadamente nesses locais carentes de serviços públicos.

Outro importante afeto determinante da existência feminina é o “amor materno”. Na transformação da maternidade biológica para a dimensão da maternidade social, construiu-se, segundo Badinter (1985), uma estrutura de sentimentos em que os filhos são considerados filhos da mãe, de modo que as mulheres assumem a centralidade das relações familiares, realizando a “mediação” do amor entre os homens e seus filhos. Assim, a separação conjugal muitas vezes implica o afastamento da mulher enquanto mediadora positiva da relação entre pais e filhos, e o enfraquecimento desse vínculo afetivo é materializado também na forma de abandono financeiro.

O papel masculino esperado socialmente é o de provedor, com raríssimas exceções. No momento em que os homens passam por uma situação de desemprego, deixando, portanto, de cumprir esse papel, eles perdem também sua autoridade moral diante da família. A procura das mulheres pelo homem “provedor” configura uma relação de dependência e hierarquia em relação ao companheiro, e isso se torna um fato importante no processo de dissolução do contrato conjugal, já que 87% das mulheres entrevistadas afirmam não receber nenhum tipo de contribuição financeira dos ex-esposos para a manutenção dos filhos do casal e 81% denunciam o abandono afetivo das crianças. A vinculação entre provimento e poder moral masculino explica o fato de que, após a separação, o homem, ao perder as condições de regulação moral do grupo familiar, se nega a continuar mantendo o papel de provedor, já que a contrapartida passa a lhe ser negada. No universo pesquisado das mulheres que não recebem auxílio financeiro dos pais de seus filhos, 63% afirmam que sofreram pressões e ameaças de violência, e que, assim, acabaram desistindo do direito, em troca de segurança e tranquilidade (PROCHNER, 2005).

Entretanto, além das precárias condições econômicas a que estão submetidas as mulheres da periferia, é preciso ampliar os fatores explicativos das escolhas de vida que os seres humanos fazem, as quais nem sempre constituem opções racionalizadas. O amor-paixão e o amor materno têm tido um grande peso nas escolhas de vida dessas mulheres, e viver essas escolhas exige um processo de corpo-

rificação que só se viabiliza na conjunção entre corpo vivo e espaço. Enfim, o texto apresenta uma discussão que deve, sem dúvida, ser ampliada. Aspectos como o corpo, as emoções, a afetividade e a dimensão ético-valorativa têm sido pouco explorados pela geografia de gênero no Brasil. Este trabalho considerou que as emoções são representações criadas pelos seres humanos e que elas envolvem uma contundente correlação corporal e espacial, ou seja, esses dois elementos elaboram processos de “corporificação” de valores culturais presentes na estrutura socioespacial. O processo relacional entre os elementos objetivos e subjetivos, entre o individual e o coletivo, entre dentro e fora do corpo, apresentado aqui, creio que amplia essa complexa discussão sobre a feminização das periferias pobres.

Referências

- BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BONDI, Liz. Gender symbols and urban landscapes. *Progress in Human Geography*, v. 16, n. 2, p. 157-170, 1992.
- BONDI, Liz; DOMOSH, M. Other figures in other places: on feminism, postmodernism and geography. *Environment and Planning D: Society and Space*, v. 10, n. 2, p. 199-213, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CANÇADO, Adriana. Paixão e honra: criminalidade passional em Ponta Grossa na década de 30. In: DITZEL, Carmencita H. M.; SAHR, Cicilian L. (Org.). *Espaço e cultura: Ponta Grossa e os Campos Gerais*. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2001.
- COSTA, Jurandir Freire. *Sem fraude nem favor: estudos sobre o amor romântico*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.
- DAVIDSON, Joyce; MILLIGAN, Christine. Embodying emotion sensing space: introducing emotional geographies. *Social & Cultural Geography*, v. 5, n. 4, p. 523-532, dez. 2004. Disponível em: www.ingentaconnect.com. Acesso em: 29/4/2005.
- FRIEDMAN, Silvia. Uma aproximação metodológica ao estudo das emoções. In: LANE, Silvia; SAWAIA, Bader (Orgs.). *Novas veredas da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 135-146.
- GALANO, Mónica Haydée. As emoções no interjogo grupal. In: LANE, Silvia; SAWAIA, Bader (Orgs.). *Novas veredas da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 147-156.
- GARCIA, Maria F. *A luta pela terra sob enfoque de gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema*. 2004. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.
- GREINER, Chistine. *O corpo: pistas para estudos interdisciplinares*. São Paulo: Annablume, 2005.
- LEWIS, Clare; PILE, Steve. Woman, body, space: Rio Carnival and the politics of performance. *Gender, Place and Culture*, v. 3, n. 1, p. 23-41, 1996.

- MACIEL, Marisol. *A visibilidade da violência contra a mulher em Ponta Grossa (PR): um estudo das características sócio-espaciais segundo a delegacia da mulher*. 2003. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2003.
- MASSEY, Doreen. Flexible sexism. *Environment and Planning D: Society and Space*, v. 9, n. 1, p. 31-57, 1991.
- MAYOL, Pierre. Morar. In: CERTEAU, Michel; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre (Orgs.). *A invenção do cotidiano 2: morar, cozinhar*. Petrópolis: Vozes, 1996, p. 37-207.
- McDOWELL, Linda. Doing gender: feminism, feminists and research methods in human geography. *Transactions of the Institute of British Geographers*, v. 17, n. 4, p. 399-416, 1992.
- _____. *Gender, identity and place: understanding feminist geographies*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.
- MEHTA, Anna; BONDI, Liz. Embodied discourse: on gender and fear of violence. *Gender, Place and Culture*, v. 6, n. 1, p. 67-85, 1999.
- MORIN, Edgar. *O problema epistemológico da complexidade*. Sintra, Portugal: Europa-América, 1996.
- NABOZNY, Almir. *A participação política e gênero na produção dos espaços de pobreza em Ponta Grossa – PR*. 2005. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2005.
- OBERHAUSER, Ann M.; RUBINOFF, Donna; DE BRES, Karen; MAINS, Susan; POPE, Cindy. Geographic perspectives on women. In: GAILE, Gary L.; WILLMOTT, Cort. J. (Eds.). *Geography in America at the dawn of the 21st century*. Oxford: Oxford University Press, 2003, p. 737-758.
- ORNAT, Marcio Jose. *Pobreza, gênero e deslocamentos espaciais intra-urbanos em Ponta Grossa – PR*. 2005. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2005.
- PROCHNER, Marciene. *Recente feminização da periferia de baixa renda em Ponta Grossa – PR: análise da atuação da PROLAR*. 2005. Monografia (Especialização em Geografia) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2005.
- ROSE, Gillian. *Feminism & geography: the limits of geographical knowledge*. Cambridge: Polity Press, 1993.
- _____. 'Everyone's cuddled up and it just looks really nice': an emotional geography of some mums and their family photos. *Social & Cultural Geography*, v. 5, n. 4, p. 549-564, dez. 2004. Disponível em: www.ingentaconnect.com. Acesso em: 29/4/2005.
- ROSSINI, Rosa Ester. Geografia e gênero: a mulher como força de trabalho no campo. *Informações Econômicas*, v. 23, n. 1, p. 1-58, 1993.
- _____. Superando a discriminação: mulher e trabalho na modernidade tecnológica no Brasil. In: SAMARA, Eni de M. (Org.). *Populações: (con)vivência e (in)tolerância*. 1. ed. São Paulo: Humanitas, 2004, p. 245-257.
- ROUGEMONT, Denis. *A história do amor no Ocidente*. São Paulo: Ediouro, 2003.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *Conhecimento prudente para uma vida decente*. São Paulo: Cortez, 2004.
- SILVA, Susana M. *Veleda da. Trabajo informal, género y cultura: el comercio callejero e informal en el sur de Brasil*. 2004. Tese (Doutorado em Geografia) – Universitat Autònoma de Barcelona, Espanha, 2004.
- TONINI, Ivaine M. *Identidades capturadas: gênero, geração e etnia na hierarquia territorial dos livros didáticos de geografia*. 2002. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.
- VALENTINE, Gill. Negotiating and managing multiple sexual identities: lesbian time-space strategies. *Transactions of the Institute of British Geographers*, v. 18, n. 2, p. 237-248, 1993.

WOOD, Nichola; SMITH, Susan. Instrumental routes to emotional geographies. *Social & Cultural Geography*. v. 5, n 4, p. 533-548, dez. 2004. Disponível em: www.ingentaconnect.com. Acesso em: 29/4/2005.

YOUNG, Iris Marion. Throwing like a girl: a phenomenology of feminine body comporment, mobility, and spatiality. In: ALCOFF, Linda Martín; MENDIETA, Eduardo. *Identities: race, class, gender and nationality*. London: Blackwell Publishing, 2003, p. 163-174.